

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SOCIABILIDADE NOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E A AFIRMAÇÃO DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO

VICTOR NIGRO FERNANDES SOLIS

Seeduc-RJ

victornigrosolis@hotmail.com

Este trabalho se propõe a dar continuidade à discussão trazida no 30º Simpósio Nacional de História sobre a relevância do estudo sobre memória e identidades para a recuperação histórica de movimentos sociais e culturais em suas práticas de reconhecimento e resistência, levada adiante pelos setores populares. Àquela época, foi possível destacar a história e trajetória dos negros para se pensar a construção de suas identidades e laços internos de solidariedade, assim como o reconhecimento de sua dignidade e afirmação social em variados contextos.

Além disso, foi possível discutir a importância da construção da memória para a conformação de práticas sociais do passado e sua contínua atualização no presente. Dessa forma, é intenção desse trabalho, destacar as relações de sociabilidade relacionadas à prática do samba, assim como o papel dos espaços de convivência para esses grupos marginalizados elaborarem suas práticas e estabelecerem seus laços diversos. Para tanto, pretendo enfatizar os espaços de sociabilidade comuns à população que possibilitariam a construção das redes internas de convívio e articulação para além do ambiente musical. Não sendo possível retratar a todos os espaços de sociabilidade, nem as estratégias utilizadas por todos os atores sociais com maior profundidade de investigação, discutirei ao longo do texto alguns desses locais e ações de atores diversos para ilustrar a discussão mais profunda sobre a realidade social desses grupos em destaque.

Parto do pressuposto de que a cidade do Rio de Janeiro do início do século XX, por conta do tamanho e diversidade socioeconômica da população, sintetizava muitas das contradições da sociedade brasileira, vivendo grande ebulição social e produzindo enorme degradação às condições de vida das classes populares. As tensões se avolumavam pelo agravamento das condições sanitárias e de moradia dos setores

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

subalternos, que denunciavam a imposição de um “despotismo sanitário e de uma “ditadura sanitária” (SEVCENKO, 1993, p. 52). Tendo reprimidas e negadas suas tentativas de inclusão, associação e participação política (CARVALHO, 2004), bem como afetados pela forte repressão patronal e por leis proibitivas aos trabalhadores já na década de 1910 (GÓES, 1988), esses setores procurariam em outras formas de associação manter e fortalecer seus laços em movimentos de natureza não-política.

Por entre as brechas no interior das políticas repressivas e excludentes sobre estes segmentos é que seriam tomadas as iniciativas nesse sentido. Mais precisamente, seria pelas manifestações culturais, nas festas e nos meios musicais e artísticos em geral, que os indivíduos pertencentes a esses estratos viriam a participar de uma vida social conjunta, expressando suas concepções de mundo e consolidando-se enquanto grupo social ativo.

Coletivamente, construiriam seus laços sociais e reforçariam sua identidade em comum, ainda que limitados a períodos e ambientes restritos. Tomando emprestada a sugestão de Hobsbawm (1990) de se fazer o exame “visto de baixo” das práticas culturais e sociais de um povo-nação, procuro analisar algumas dessas estratégias de socialização tomadas pelos “de baixo”, isto é, os setores populares, nesses espaços da cidade, interna e externamente a seus grupos, o que lhes permitiria que algumas das reivindicações populares fossem com o tempo incorporadas ao projeto dominante.

No entanto, a incorporação de algumas dessas tradições populares não representaria a melhoria de suas condições efetivas de vida, refletindo a relação desigual de forças em uma sociedade elitista e racista que buscava se afastar de muitas das marcas que a atrelavam ao passado, conforme veremos a seguir. Buscarei, mais adiante, compreender os esforços desses segmentos subalternos diante das frestas que a oficialidade lhes oferecia para visualizar seus movimentos diante dos espaços existentes, dando destaque ao processo de constituição do samba ao longo dos anos. Especial atenção será dada, ainda, aos espaços da cidade, em suas múltiplas realidades, especificidades e contextos, pois esse será o *locus* de suas ações cotidianas.

Visões conflitantes convivem num espaço urbano desigual

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A cidade é um cenário onde variadas tensões sociais podem se desenvolver, em virtude da desigualdade vivida pelos diversos segmentos sociais que convivem em um mesmo espaço. A proximidade entre grupos sociais tão díspares economicamente, em uma sociedade heterogênea como a do Rio de Janeiro, com costumes e práticas diversos, pode ser descrita a partir da imagem de um caleidoscópio social, por onde as pessoas se misturariam e se relacionariam diversamente. Esse intenso intercâmbio cultural também produziu um sem número de visões de mundo e de práticas sociais populares, as quais entrariam em choque com os padrões dominantes das elites da época, especialmente no que diz respeito à utilização dos espaços públicos e à configuração e localização das habitações, que permeavam entre esses “dois mundos”.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os elementos das classes populares desenvolviam suas práticas e produções simbólicas no espaço urbano carioca, os grupos dominantes produziam modos de vida próprios e um ideário de construção de uma cidade civilizada, moderna e cosmopolita, em oposição à antiga, suja e foco de doenças, herança da colônia portuguesa. Tornava-se necessário para as autoridades, portanto, promover o apagamento de tudo o que remetesse ao passado.

De modo implícito, colocava-se em xeque os hábitos dos setores populares, tendo em vista que segundo os discursos de propaganda do período se fazia necessário o “embelezamento” da cidade (BENCHIMOL, 1992, p. 228), erradicando a classe trabalhadora da região central, atendendo aos interesses comerciais e financeiros - incluindo-se aí a especulação imobiliária. Estes interesses pretendiam transformar a função social do Centro, permitindo que as camadas privilegiadas desfrutassem da região, atendendo às exigências do poder político de consolidação republicana e de contenção das insatisfações de setores populares, bem como segregando os mesmos para outras regiões. Aos olhares dos grupos políticos que comandavam a cidade, por trás do discurso modernizador atendia-se seus interesses com o projeto de entrega da cidade ao capital.

Esse processo de intervenções violentas permanece ainda hoje fato corriqueiro dos centros urbanos brasileiros. Chalhoub (1996) identificara como mito de origem para tal prática de gerir as diferenças sociais na cidade, a derrubada do famoso cortiço Cabeça de Porco, em 1870. Para além da destruição de casas populares, uma infeliz e hoje em dia já tradicional ação de governantes em projetos “modernizadores” e de “revitalização” de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

espaços, a crise habitacional galopante seria marcada ainda por outros fenômenos, como, o aumento dos aluguéis da região central e a superlotação dos cômodos remanescentes.

As regiões próximas, situadas em áreas não afetadas pelas obras, sofreriam um reflexo direto dessa crise. Seria esse o caso das outras freguesias do centro e suas imediações, como por exemplo a zona do mangue, o Estácio e a mítica região da Pequena África. Os morros próximos também passariam a ser colonizados e se tornariam uma das tendências de habitação popular nas décadas subsequentes. Nos territórios de superfície plana, à exceção da então chamada freguesia de Sacramento, próxima à praça Tiradentes, que crescera fruto da imigração Síria na década de 1920, o centro da cidade não apresentaria maiores dados relativos ao crescimento.

A expansão urbana se daria em maior medida para as regiões periféricas da cidade à época, tanto na zona sul, mais próxima ao mar, quanto, e especialmente, nos chamados subúrbios da zona norte, que se adensavam nos arredores das linhas férreas dos trens e bondes, para onde majoritariamente se dirigiam as camadas populares. Não obstante a progressiva expulsão das classes subalternas da região central, outros problemas se agravariam devido à falta de empregos para toda a população. Mesmo com medidas de caráter moralizante e higienista que procuravam proibi-las, a mendicância e o número de vendedores ambulantes aumentariam. A criminalidade também teria índices crescentes, dando o pretexto para aquilo que o historiador Sidney Chalhoub (1996) caracterizou como a prática das autoridades de “suspeição generalizada” das classes marginais.

Tal imaginário, que tornava suspeito todo sujeito marginalizado até que ele provasse o contrário, seria o *modus operandi* das forças policiais, remetendo ao período de vigência da escravidão no país. Além do inegável viés racial que direcionava essas práticas, partia também do pressuposto de que a principal virtude do cidadão seria o gosto pelo trabalho, em consonância com o que Weber (2004) identificara como a base moral que define o “espírito do capitalismo”.

Nesse sentido, aquele que vivesse na pobreza, que fosse incapaz de acumular, poderia ser visto como um mau trabalhador aos olhos da elite dominante da sociedade, não sendo difícil imaginar as generalizações e correlações imprecisas entre pobreza, origem étnica e/ou cor da pele, e sua suposta maior propensão para os vícios e as práticas criminosas. Na prática, declararia de antemão como perigosa toda população que vivesse

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

na pobreza, com o agravante de que em nossa sociedade, nas palavras de Chalhoub, “alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros” (1996, p. 23), o que nos permite inferir também critérios étnico-raciais de estigmatização e perseguição.

Por outro lado, se disseminaria a crença dominante de que apenas critérios técnicos ou científicos seriam suficientes para administrar uma cidade, bastando para a gestão local a atuação competente e eficiente dos governantes, “apolíticos” por sua natureza. Esse tecnicismo/cientificismo do discurso sobre as autoridades, ao se postar como soberano e superior a toda elaboração popular de seus modos de vida, suas relações e construções simbólicas, passando por cima destas, silenciando-as e apagando-as, contribuiu negativamente para o desenvolvimento do exercício da cidadania das camadas populares. Da mesma forma, encobriria uma série de práticas tomadas pelo alto, as quais se mostrariam devastadoras das condições de vida dos subalternos. Embora lamentáveis, tais práticas não chegam a assustar um observador contemporâneo mais atento.

É nesse contexto de cidade desigual que veremos o surgimento do samba urbano. Os sambistas seriam perseguidos como quaisquer elementos oriundos das classes populares por suas práticas “nas esquinas, nos botequins, nos terreiros”¹. O discurso dominante das autoridades dizia ser necessário proporcionar a todos os habitantes os ventos da modernização, retirando-lhes seus resquícios de “atraso”, os quais remeteriam às doenças, vícios e toda sorte de maldade a que estavam sujeitos por sua vivência próxima de outras pessoas “perigosas”.

Havia ainda o “agravante” de sua condição por serem em sua maioria negros e praticantes de rituais e costumes malvistas, incluídas suas cerimônias espirituais e religiosas em logradouro público, enquadradas sob argumentos de insalubridade, assim como esbarravam nos argumentos de fundo moral que iriam reger as políticas públicas da virada do século XIX para o XX. Não havia, portanto, espaço adequado para a discussão sobre cidadania florescer naqueles meios, sendo a necessidade primeira para tais pessoas, ainda àquela época, o reconhecimento de sua especificidade humana.

No entanto, convém assinalar que há nas cidades uma série de possibilidades para o desenvolvimento de solidariedades entre as populações marginalizadas, de maioria

¹ Versos do samba “Agoniza mas não morre”, de Nelson Sargento. In: LP Sonho de um sambista. Eldorado, 1979.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

negra, e outros grupos por conta de seu contato no dia a dia. Permitiriam, assim, relações diversas e uma maior aceitação da diversidade, se não por parte das autoridades, ao menos nesses contatos corriqueiros, abrindo-se para o questionamento de certas generalizações negativas, tais como a identificação das classes pobres ao perigo. Nesse sentido, é importante compreender como os sambistas populares conquistaram seu reconhecimento no interior de seu próprio grupo dos socialmente excluídos, criando as pré-condições para posteriormente galgar novas frações da população e novos espaços de sociabilidade.

O espaço das cidades seria o local de constituição da memória das práticas desses grupos, por motivações diversas, conscientes ou não. É importante, portanto, verificar quais os contextos sociais de sua criação e preservação, tendo em vista que não é apenas no passado, mas também no presente que se apresentam os interesses relativos à rememoração. A cidade é um espaço de permanente disputa também em seus discursos, de tal modo que a memória do samba constantemente se modifica, ainda que determinadas visões se calcifiquem sobre ele.

Pollak (1992) procura pensar a construção da memória enquanto coletiva e processualmente negociada e mediada entre as partes divergentes e, por vezes, conflitantes, não sendo construída enquanto um processo natural. Além disso, a construção e o enquadramento da memória, em virtude dos conflitos que se apresentam na negociação ou que são remexidos em decorrência desse processo, estão sujeitos a mudanças até a sua institucionalização (VASSALLO; CICALO, 2015).

Olhando para a dimensão temporal da constituição da memória, pode-se pensar sobre as transformações nas condições gerais de se fazer samba, do passado à atualidade. Por condições gerais, busco salientar aqui suas dificuldades, tendo em vista que tanto no passado, quanto no presente, não é em qualquer lugar que se é livre para esta prática, tendo sido, inclusive, motivo de repressões e perseguições das autoridades no passado.

Quanto a isso, a variável dimensão temporal nestes períodos nos leva a perceber a construção histórica da memória do samba na cidade pelos diversos segmentos sociais e suas múltiplas vozes coexistentes em disputa ou cooperação, de acordo com seus interesses. Embora sua reconstituição tenha sido objeto de inúmeras tentativas de protagonismo pelos elementos oriundos das frações negras e populares nas décadas anteriores, é somente a partir da ascensão de movimentos sociais organizados e de uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

abertura democrática no país nos anos 1980 que a discussão sobre a memória se consolida na prática de maneira mais ampla. Esta consolidação inscreve-se em um processo mundial pela retomada da memória como resposta à crise provocada por uma tendência contemporânea de ruptura com o passado. Esta é marcada pela transformação do tempo ele próprio em objeto de consumo e pela aceleração do tempo histórico, com o presente sendo definido por si mesmo em uma tendência de presentismo (HARTOG, 2013), de modo que a emergência da memória, por outro lado, seria uma tentativa de incorporação e fortalecimento político e social das classes subalternizadas.

Nesse sentido, embora se reconheça a importância de tal movimentação histórica consciente e organizada em defesa da memória negra, não devem ser desprezados os esforços coletivos e individuais anteriores, a partir de ações práticas. Estas, ainda que por motivações diferentes, muito mais relacionadas à garantia da aceitação nos espaços e à afirmação social de uma parcela da população pobre e geralmente negra, permitiram sua elaboração. Dessa forma, se as diferenças são perceptíveis sem maiores investigações no que tange à aceitação da prática do samba de ontem e hoje nos espaços sociais, nos faz necessário analisar em que sentido se deu essa conquista da receptividade na população. Convém, nesse momento abordar as formas de sociabilidade que se constituíram nos espaços comuns à população, bastante diversos, porém importantes para a afirmação do samba, cada um à sua maneira.

Sociabilidades possíveis para a prática do samba nas cidades

A vizinhança é tida como um fator importante de elaboração e afirmação dos laços associativos entre semelhantes e diferentes na vida cidadina, segundo o sociólogo da escola de Chicago, Robert Park (1967). Por permitirem que laços sociais e um sentimento de localidade se desenvolvam, as relações de vizinhança se portam como núcleos da micropolítica que rege a vida dos indivíduos, sem regras nem organização formal.

Foram esses laços espontâneos que permitiram a formação da solidariedade urbana entre os músicos para dentro das casas das chamadas Tias Baianas no espaço mítico da Pequena África. Por afinidade, interesses comuns e/ou laços de parentesco e proximidade, pululava-se de uma casa a outra dessas “tias”, desde a chegada de famílias vindas de fora a procura de condições melhores de trabalho e vida, com a casa e a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

receptividade dos moradores servindo como base estrutural para essas pessoas se situarem e estabilizarem na nova cidade, até por pessoas que, à procura de satisfazer suas necessidades de diversão e/ou espirituais, lá aportariam com menor probabilidade de serem importunados pelas autoridades policiais.

Em contrapartida, a vizinhança também pode ser pensada como espaço de segregação, pois à medida em que as cidades crescem e se desenvolvem, seus meios de comunicação, transportes, espaços de atividade econômica e social diversa, alguns laços de coesão interna por proximidade tendem a se perder e se transformar. É possível vislumbrar, nesse sentido, alguns atributos da realidade sócio espacial do Rio de Janeiro a partir das primeiras décadas do século XX, por conta da especulação imobiliária e das demolições na região central, como resultado da mudança do papel urbano local, direcionado para o comércio e as transações financeiras. Conforme Abreu (2006) constatara, as ações das autoridades contra as habitações populares desde os fins do século XIX mudariam sua ênfase, não mais sobre a forma das construções, ou as condições das moradias, direcionando-se para a localidade delas e o espaço valioso que ocupavam no centro da cidade.

Após as demolições dos edifícios da área central, afora todas as vantagens que grupos mais bem afortunados tiveram com relação aos demais - terrenos cedidos em outras áreas e pagamentos de indenizações, por exemplo - não havia deliberadamente uma política que afastasse tais segmentos da região, com segregações impostas segundo critérios diretos de renda ou de cor. Essa segregação se deu por critérios sutis, mas eficientes, a partir de termos econômicos, tais como a especulação imobiliária, a necessidade de licenças e de autorizações das autoridades sanitárias para trabalhar, mas também por nuances no trato público que, conforme mencionado, estigmatizavam os elementos dessas classes.

Novas formas de solidariedade e relações políticas se constituiriam em outros espaços, afastados da elite econômica, sendo imprescindível pensar a realidade habitacional do período a partir de aspectos de classe e raciais como indissociáveis. Todavia, devido à heterogeneidade dos espaços que se tornaram habitações populares, das quais os sambistas faziam parte, não é possível trata-los enquanto guetos de pessoas negras, apesar do forte imaginário construído em cima da ideia de “Pequena África” e de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pensamentos similares a respeito dos moradores da zona do mangue, do Estácio e dos morros da região central. Contudo, não se deve desconsiderar que as parcelas negras eram bastante significativas nessas localidades, o que reforça esta hipótese da associação entre critérios de classe e raciais no contexto da crise habitacional.

De todo modo, as habitações populares permitiriam o desenvolvimento de laços de solidariedade entre os moradores e frequentadores dos locais por onde o samba se realizava. Laços estes que seriam fundamentais para a compreensão interna do tratamento negativo que teriam os participantes das festividades diante das autoridades e, ainda, para as alternativas desenvolvidas para praticar o samba e causar o mínimo de problemas com a polícia. O espaço privado das casas ganharia especial destaque nesse sentido.

A casa num cenário urbano pode ser pensada enquanto “o contexto da primeira socialização e, simultaneamente, o da primeira individualização, pois só nos tornamos indivíduos para os outros entrando no mundo – e antes de tudo no mundo doméstico” (AGIER, 2011: 103). Nesse sentido, vemos na casa um processo educativo de formação das pessoas, sendo possível transportar essa realidade para o samba, com os sambistas aprendendo a fazer samba “em casa”. Tratando a “casa” para além de seu núcleo familiar, como representação desses ambientes comuns de contato entre membros de uma mesma classe social, a convivência com, práticas, ritmos e melodias do samba nos permitem pensar na mesma direção dos velhos ditados que dizem que “samba não se aprende na escola”, ou ainda, quando se remetem a sambistas nascidos “no berço do samba”.

Remetendo-se aos ambientes caseiros dos segmentos sociais de situação econômica mais precária, Agier considera-os lugares de pertencimento inicial, os quais rapidamente transbordam para além do universo doméstico, dada sua incompletude no todo da vida social. Por ser uma instância frágil no tempo, a escala microssocial produz socializações familiares que ultrapassam as residências e atingem espaços além dessas fronteiras, tais como as típicas redes de casas, pátios e mesmo ruas que tradicionalmente são ocupadas e se tornaram marca, especialmente, no imaginário dos subúrbios cariocas, com cadeiras estendidas nas calçadas, ampliando o sentido familiar desses locais.

Dessa forma, as regiões cujas casas populares do centro da cidade permaneceram após a era das derrubadas, mantiveram essa característica de superposição do ambiente familiar para além das paredes residenciais. Mas teriam ainda um papel agregador ao

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trazer parte das relações que se construíam fora de suas casas, nos espaços comuns das ruas e praças, para dentro desses ambientes. Essas relações já possuíam um caráter mais diversificado, vindas dos ambientes de trabalho, das feiras que existiam em variados pontos da cidade, da circulação pelos bairros, entre outros. No caso dos músicos e artistas, a presença nos locais de apresentação, palcos e, mais tarde, casas de espetáculos, invariavelmente transbordava os laços constituídos entre pessoas socialmente similares.

Sendo assim, o formato da casa de tia Ciata parece ser o modelo de lugar perfeito para representar essas trocas de experiências entre grupos sociais diversos no espaço interno das casas. Nos dias de festejos, a divisão dos cômodos em biombos (SODRÉ, 1998) permitia a exibição e participação em estilos musicais variados bem como a circulação por esses espaços, de modo que invariavelmente os presentes acabavam por ter contato não apenas com os estilos musicais “mais aceitáveis” pela sociedade, dos primeiros cômodos, mas também com os sambas, batucadas e rituais religiosos, que tinham lugar nos cômodos internos e quintais dos fundos das casas.

A atuação decisiva de tia Ciata, por sua vez, não precisa ser restrita unicamente à sua figura, podendo ser ampliada a várias outras das “tias baianas”, bem como àquelas figuras que proporcionaram espaços de acolhimento e solidariedade às frações sociais marginalizadas, majoritariamente negras. A importância decisiva de tia Ciata estava em sua capacidade de liderança, não apenas pelas grandes festas musicais em sua casa, mas também pelas mediações sociais que possibilitaram a não importunação das autoridades na porta de sua casa grande, mas também a aglutinação de elementos provenientes de setores diversos da sociedade naquele espaço (MOURA, 1995). Um local de encontro em que se apresentavam espontaneamente aqueles que ficaram conhecidos como pertencentes à primeira geração do samba urbano carioca, como os “baianos” da “Santíssima Trindade” do samba, Donga, João da Bahiana e Pixinguinha, seu “rival”, Sinhô, entre outros, como Caninha, o mais antigo dessa geração.

Ao longo do tempo, diversas foram as respostas trazidas pelos sambistas diante do tratamento padronizado das autoridades para com as manifestações populares. As relações de convívio no interior das casas produziram laços de solidariedade e tiveram um papel histórico fundamental para as lutas. Chalhoub (1996) ressalta a importância que as habitações coletivas populares tiveram para a organização dos movimentos sociais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

urbanos pelo fim da escravidão, sendo uma das motivações para sua derrubada a desarticulação desses grupos e o apagamento de sua memória de luta. Essa destruição processual da memória traz feridas que demoram muito tempo para cicatrizar, quando não permanecem abertas. Em suas palavras: “O tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores” (1996: 29). Na mesma direção vai a argumentação de Benchimol ao analisar as derrubadas das habitações:

“As paredes, cuja argamassa remonta aos tempos da colônia, alojam homens que moram, trabalham, especulam, divertem-se; enfim, que mantêm entre si uma trama complexa de relações sociais. A operação da renovação urbana, perseguindo estratégias bem precisas, desarticula essa trama que tem nas estruturas materiais demolidas o seu suporte.” (1992: 210).

Diante dessa realidade, também é importante pensar a cidade como espaço de conflitos que se apresentam de modo endêmico. O expurgo da população pobre de parte do centro da cidade não seria capaz de retirá-los completamente de seu entorno, sejam as proximidades da Cidade nova ou os morros próximos, que inaugurariam um tipo de colonização do território que se tornaria comum nas terras cariocas. Uma parcela considerável da população passaria a habitar nas áreas periféricas da cidade, os chamados subúrbios, que cresceriam em volta das vias férreas.

Agier trata dos fenômenos dos subúrbios (banlieux) enquanto locais de banimento e confinamento dos excluídos socialmente, “cujo afastamento político e territorial permite todas as dominações e exclusões, sejam elas econômicas, culturais ou “raciais” (2011, p. 41). Não se pode tratar a questão dos subúrbios do Rio de Janeiro, bem como das margens sociais em que se situavam as habitações populares exatamente nos mesmos termos, por não ter havido um local de completo isolamento social nos espaços públicos da cidade, sendo essas zonas de afastamento dependentes de contextos sociais específicos. Contudo, o nome “subúrbio” sugere uma localidade vista como inferior ao espaço urbano, produzindo-se uma ideologia de desmoralização da classe trabalhadora (FERNANDES,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2015), bem como todo tipo de estigmas e preconceitos direcionados aos seus moradores, especialmente quando fora desses espaços.

Tais estigmas ainda hoje são perceptíveis quando, por exemplo, vemos tensões fruto do contato de frações populares em espaços comumente frequentados pelas elites sociais, embora não unicamente por elas, tais como as praias da zona sul, e costumeiras queixas de aumento da violência nesses locais, com a opinião pública culpabilizando basicamente os indivíduos pertencentes aos estratos populares. Mesmo sem serem proibidas de frequentar os espaços, não são cenas incomuns as ostensivas fiscalizações policiais nos veículos públicos que transportam os moradores das zonas mais afastadas como uma forma de dar alguma satisfação às queixas. Semelhante trato dava-se às classes subalternas na primeira metade do século XX, não proibidos de circular por todos os espaços, mas sendo sempre pensados como “suspeitos”, “violentos” e “imorais”, refletindo a tensão e a exclusão envolvente dessa população à época.

Contudo, a cidade, em seu processo de urbanização desigual, produziu excedentes populacionais no mercado de trabalho, inclusive nos meios musicais, de modo que ela mesma se tornou um grande palco para a apresentação dos mais variados tipos de cantores e músicos (TINHORÃO, 2005). Nesse contexto de exclusão social generalizada e pouco reconhecimento nos ambientes do meio musical popular, é possível encaixar a caracterização que Paulo da Portela (Paulo Benjamim de Oliveira) faz de si próprio, um sambista, enquanto um “anteprojeto de artista”, em seu samba “Cidade Mulher”.

Paulo pode ser pensado como o grande exemplo para um tipo de estratégia que se tornou muito comum no meio do samba, ao procurar tornar o sambista apresentável para as elites dominantes. Foi um dos fundadores da escola de samba do bairro de Osvaldo Cruz, subúrbio da zona norte da cidade, a Portela, junto com Antônio Rufino dos Reis, Antônio Caetano, entre outros. A escola teria em seu início os nomes de “Quem nos faz é o capricho” e, posteriormente, “Vai como pode”, até se estabelecer com o nome que a popularizou. A discussão sobre a origem e a data de fundação da Escola de samba até hoje gera inúmeras controvérsias, mas sabe-se que desde 1923 o bloco carnavalesco que lhe deu origem se apresentava pelas ruas do bairro.

A mudança definitiva do nome de sua escola, vale assinalar, se deu em 1934, por sugestão do delegado Dulcídio Gonçalves, por considerar o nome “chulo” e se negar a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

renovar a licença de funcionamento caso o nome permanecesse “Vai como Pode”, por remeter a um desordenamento que contrariava os interesses dominantes de construção de uma nação moderna. A mudança, apesar da argumentação contrária de Paulo, acabou por ser acatada (CABRAL, 2011). Tal fato é marcante para a compreensão no dia a dia do processo de mediação entre os compositores populares e as autoridades públicas.

Ciente das condições gerais de perseguições e enquadramento das populações marginalizadas da cidade, tendo sido ele mesmo réu em processo na juventude (CUNHA, 2015, p. 68-70), Paulo promovia rodas de samba na volta do trabalho para casa em plenos vagões dos trens, alheios às fiscalizações. Dedicou boa parte de seus esforços pela valorização social do samba e dos sambistas, preconizando que não andassem com os “pés descalços e pescoços descobertos” e primando por sua elegância. Construiria sua liderança ao se aproximar de intelectuais e membros da elite política e seria eleito “Cidadão Samba” por sua atuação, especialmente na Portela. Contudo, morreria brigado com a mesma, aos 47 anos em pleno período áureo da Escola (SILVA; MACIEL, 1979).

Esta seria a mesma Escola de outro importante sambista, Zé Kéti (José Flores de Jesus). Nascido duas décadas após Paulo, Zé Kéti passaria a frequentar a Portela em fins da década de 1930, tornando-se compositor da Escola na década seguinte e teria a carreira marcada por muitos sucessos no meio artístico. Entre idas e vindas, fruto de desavenças internas, retornaria à Portela e teria seu nome por ela definitivamente marcado, mas ficaria conhecido para além dos sambas de terreiro e quadra, nos anos 1960.

Zé Kéti adotaria uma estratégia de aproximação com setores intelectuais e de classe média/alta do Rio de Janeiro, fazendo a ponte entre os artistas populares e aqueles desses segmentos, aproximando-se, por exemplo, de Carlos Lyra e Nara Leão, também identificados enquanto representantes de um segmento politizado da música brasileira. Nesse período, estes artistas dos setores médios/altos da sociedade começavam a abrir seus olhos para os espaços populares de produção de cultura e seus artistas, influenciados pela proposta do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nessa mesma época, Zé Kéti participaria também, com Nara e João do Vale, do espetáculo teatral musical Opinião, e de outras produções artísticas, inclusive no cinema, com os filmes “Rio 40 Graus” e “Rio Zona Norte”, por exemplo. Ainda assim, viveria por alguns anos esquecido, antes de voltar a gravar discos no fim da vida (LOPES, 2000).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os dois sambistas representam momentos diferentes do samba, inicialmente à procura por reconhecimento tanto para o estilo musical, quanto para seus produtores e músicos populares, e, num segundo estágio, com o samba já “nas graças do povo”, reconhecido pelo Estado, disseminado nas rádios e casas de espetáculo, sendo retratado no cinema e cantado por artistas originários de diversos segmentos sociais e localidades. Embora se presenciasse, em ambos, tentativas de alianças com elementos sociais mais poderosos, num movimento de continuidade àquele que nas décadas anteriores permitiu a afirmação da liderança de tia Ciata em seu círculo social, poucos seriam os sambistas de origem popular que conseguiriam espaço, visibilidade e sucesso nesses meios. Contudo, ainda que esses movimentos não tenham se dado de forma organizada aos mesmos moldes dos movimentos sociais que mais tarde vieram a se constituir, não se pode desprezar suas ações no sentido de construção de estratégias sociais e de ações em busca do reconhecimento e garantia da cidadania aos seus semelhantes.

Considerações finais

O samba é marcado por ser um produto desses encontros heterogêneos numa mesma localidade. Diante do próprio caráter múltiplo dos sambistas, fruto das diferenças de geração, origem social, localização de suas residências e relações que se estabeleciam entre eles, os demais membros de seus grupos comunitários e aqueles de fora, não é possível afirmar, no entanto, que suas ações cotidianas trouxessem um pensamento organizado que permitisse o combate à sua situação marginal. Muitas das tentativas de organização dos segmentos subalternos foram desmobilizadas ou proibidas pelas políticas oficiais, todavia, parecia haver como traço comum nesse vasto grupo sua necessidade de serem aceitos, e até, compreendidos socialmente.

Estando limitadas suas possibilidades de luta política e sindical, foi por meio da festa que muitas de suas expressões tiveram visibilidade. É possível afirmar que houve nesse sentido associativo um duplo movimento: para o interior e para o exterior de seus grupos sociais, os quais permitiram abarcar tanto indivíduos próximos por condições de vida e habitação, quanto aqueles socialmente mais distantes, mas que por alguma razão no contexto urbano confluíam para um compartilhamento de suas vivências.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Foi também no espaço das cidades que houve a possibilidade para se desenvolver o samba urbano enquanto um estilo próprio, por conta do contato entre pessoas de realidades diversas, que - a despeito da exclusão das camadas mais pobres - modificavam suas estruturas rumo a espaços organizados sob modalidades industriais e comerciais. Seria fundamental a capacidade urbana específica do Rio de Janeiro de se mostrar cosmopolita, por aglutinar uma série de influências rítmico-melódicas de diversas regiões do país, muitas vindas como herança do exterior por contextos variados, os quais remetem à forma da colonização brasileira, confluindo e se encontrando no cenário urbano. A cidade possui, portanto, um papel próprio, próximo a um organismo vivo, pulsando por meio das práticas populares de grupos que constituem-se em sua diversidade e elaboram suas vivências plurais, apesar das ações dos grupos dirigentes e dominantes.

Também por isso, diferentes estratégias seriam elaboradas pelos sambistas ao longo do tempo, alguns partindo para a vida marginal, da malandragem, outros procurando a fama, ou procurando vender suas músicas e capitalizar em cima de sua produção, e outros procurando se fazer aceitos pelos olhares da sociedade com os desfiles, entre outras possibilidades. A cidade possui, portanto, a capacidade de se tornar ela própria um sujeito da história ao amalgamar toda sua multiplicidade, à imagem de um caleidoscópio social, um dispositivo cultural com habitantes de experiências e percursos diversos, os quais produzem sua cultura através desses encontros, fusões e colagens de comportamentos e modos de agir. Confluiria para aquilo que os filósofos Wallace Lopes Silva e Renato Nogueira (2015) procuram definir como a ideia de Geosambalidades, ao tratar do processo dinâmico das redes de samba que ultrapassam determinados limites geográficos, tais como a Pequena África, a casa de tia Ciata, as avenidas, o trem do samba, as rodas e espetáculos que se espalham pela cidade.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CABRAL, Sérgio. As escolas de samba do Rio de Janeiro. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia Editora Nacional, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHALHOUB, Sidney. A Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Não Tá sopa”: Sambas e Sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930. Campinas: Fundação de Desenvolvimento da Unicamp - Funcamp (UNICAMP), 2015.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: Rio de Janeiro 1858 / 1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 1ª Reimpressão, 2015.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. A Formação da Classe Trabalhadora: movimento anarquista no rio de Janeiro, 1888-1911. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Traduzido por Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LOPES, Nei. Zé Kéti: O Samba Sem Senhor. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

LP. Nelson Sargento. Sonho de um sambista, Eldorado, 1979.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração. 1995 [1983].

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano. O fenômeno humano. Trad. De Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: Revista Estudos Históricos, vol. 5 no. 10, 1992.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: Mentis Insanas em Corpos Rebeldes*, São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, Marília Barboza da; MACIEL, Lygia dos Santos. *Paulo da Portela: traço de União entre Duas Culturas*, Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.

SILVA, Wallace Lopes; NOGUERA, Renato. *Praças Negras: Territórios, Rizomas e Multiplicidade nas Margens da Pequena África de Tia Ciata*, In: *Sambo, logo Penso: Afroperspectivas Filosóficas para Pensar o Samba*, Rio de Janeiro: Hexis, 2015.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad. 1998.

TINHORÃO, José Ramos. *Os Sons que Vem da Rua*, São Paulo: Ed. 34, 2005.

VASSALLO, Simone. P.; CICALO, André. *Por Onde os Africanos Chegaram: o Cais do Valongo e a Institucionalização da Memória do Tráfico Negreiro na Região Portuária do Rio de Janeiro*, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, jan./jun. 2015.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.